

# Passando a limpo a Amazônia: Viagem e Literatura

Leandro Belinaso Guimarães (PPGE/UFSC).  
Biólogo licenciado pela USP-Ribeirão, Mestre e Doutor em Educação pela UFRGS.  
lebelinaso@uol.com.br

## Resumo

Este trabalho é derivado de uma tese de doutorado que examinou como se consolidaram no país processos discursivos, sociais e políticos que buscaram nacionalizar o território amazônico, no período da Primeira República brasileira. A tese central deste estudo é que estava em jogo naquele período inaugural da República um conjunto de discursos e de práticas que buscaram instituir o território amazônico como nacional. A investigação é desenvolvida sob inspiração do campo dos estudos culturais, em suas vertentes latino-americanas. Entretanto, articulam-se, em sua matriz teórica, contribuições advindas também dos estudos literários e da história ambiental. O material empírico da pesquisa é composto, sobretudo, pelos escritos de viagem de Euclides da Cunha (tido como um importante literato brasileiro). Considera-se ser o conjunto de textos escritos pelo viajante (cartas, ensaios, livros, conferências, diários) exemplar dos discursos circulantes à época sobre a floresta. Aprofunda-se no trabalho o argumento em defesa de uma descontinuidade histórica entre a literatura estrangeira e romântica de viagem do século XIX e os escritos *euclidianos* do início do século XX – dos quais emerge uma floresta amazônica desencantada e provocadora de desapontamentos ao viajante.

## Palavras-chave

Estudos culturais, Euclides da Cunha, Amazônia.

[...] Cartas, telegramas, memorandos, relatórios, diários de bordo [...] Viajar era de certa forma escrever (VENTURA, 2003, p.241).

Em 1884, foi publicado no jornal “O Democrata” do Rio de Janeiro aquele que é considerado o texto inaugural de Euclides da Cunha<sup>1</sup> – pelo menos o primeiro a tornar-se público. Iniciar este artigo fazendo referência a ele, que de antemão explicito não dizer respeito especificamente à Amazônia – foco deste estudo –, pode parecer uma digressão indevida para o foco desse trabalho. O leitor e a leitora poderiam questionar: qual a relação desse ensaio com os futuros textos que escreveria o viajante a respeito da floresta? Mesmo que o foco não fosse a Amazônia, a natureza brasileira estava sob a mira de Euclides da Cunha já neste seu primeiro artigo. Naqueles tempos em que a nação buscava trilhar os caminhos que a levariam a um futuro de progresso e de plena civilização, chama a atenção o tom aparentemente contrário a tais ideais que transparece nesse primeiro texto *euclidiano*. Nesta mesma direção, seria interessante perceber que os modos como *nossa natureza* foi significada neste artigo traduzem-se, como veremos detalhadamente, em uma quase antítese dos que foram postos em circulação pelos escritos amazônicos de Euclides da Cunha. Em razão desta constatação inicial, interessou-me muito começar este artigo, justamente, fazendo referência a este texto inaugural do viajante.

Neste primeiro artigo de Euclides está posta em jogo uma articulação entre viagem e natureza que permeará grande parte dos seus textos, inclusive os amazônicos. Como está escrito na epígrafe que abre esse texto, transcrita a partir de Ventura (2003), para Euclides da Cunha “viajar era de certa forma escrever”. Desde suas primeiras palavras escritas, o autor já parecia querer dizer que, para escrever sobre o Brasil era preciso estar *em viagem*. Ademais, escriturar a nação associava-se, também, na ótica do viajante-personagem desse primeiro texto, com o ato de escrever sobre a natureza. E, para tanto, fazia-se imprescindível viajar aos confins da nação, o que, efetivamente, o autor fez no decorrer de sua trajetória profissional. Viajar aos lugares mais longínquos do país *requisitava* ao viajante-narrador (quase como uma necessidade imanente) a tessitura de uma narrativa, entre outras coisas, sobre a natureza que se estava avistando durante a viagem. Vejamos essa articulação entre viagem e natureza nas próprias palavras de Euclides da Cunha (1995b), através da transcrição quase completa deste seu primeiro artigo:

Meus colegas:

Escrevo-os às pressas, desordenadamente...

Guiam-me a pena as impressões fugitivas das multicores e variegadas telas de uma natureza esplêndida que o *tramway* me deixa presenciar de relance quase.

É majestoso o que nos rodeia – no seio dos espaços palpita coruscante o grande motor da vida; envolta na clâmide cintilante do dia, a natureza ergue-se brilhante e sonora numa expansão sublime de canções, auroras e perfumes... A primavera cinge, no seio azul da mata, um colar de flores e o sol oblíquo, cálido, num beijo ígneo, acende na frente granítica das cordilheiras uma auréola de lampejos... por toda a parte a vida...; contudo uma idéia triste nubla-me este quadro grandioso – lançando para a frente o olhar, avisto ali, curva sinistra, entre o claro azul da floresta, a linha da locomotiva, como uma ruga fatal na frente da natureza...

Uma ruga, sim!... Ah! Tachem-me muito embora de antiprogressista e anticivilizador; mas clamarei sempre e sempre: – o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! E a humanidade, não será dos céus que há de partir o grande "Basta" (botem *b* grande) que ponha fim a essa comédia lacrimosa a que chamam vida; mas sim de Londres; não finar-se-á o mundo ao rolar a última lágrima e sim ao queimar-se o último pedaço de carvão de pedra...

Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor!

Mas... eis-me enredado em digressões inúteis... Basta de "filosofias"!... (CUNHA, 1995b, p.568).

Há várias questões interessantes a serem comentadas a partir desse pequeno texto. Entre várias indagações poder-se-ia perguntar: por que ao olhar pela janela do trem em que viaja, o autor-narrador avista, além do próprio trilho da locomotiva, somente uma natureza "esplêndida"? Aqui não caberia indagar se o autor que faz o relato esteve mesmo viajando ou se essa historietta descritiva é uma criação totalmente ficcional. Eis uma questão que não importa a esse estudo, pois o que parece ser relevante, pelo menos para os propósitos da investigação que empreendi, é

a conjunção entre escrita, viagem e natureza posta em relevo pelo artigo. Tais articulações, inclusive, irão marcar a escritura *euclidiana* a respeito da floresta amazônica. Além dessas conexões, como destacarei mais adiante neste trabalho, também não se pode menosprezar a associação estabelecida no texto entre a natureza e o progresso tecnológico representado pela própria locomotiva em que viaja o escritor-personagem. De qualquer forma, gostaria de destacar, inicialmente, o fato de ser a natureza o foco de atenção do autor em seus primeiros traços. É a natureza brasileira que merece, antes de qualquer outra observação, ser descrita e narrada na viagem processada pelo personagem da história.

No relato em questão, o território através do qual o viajante se locomove não está explícito. Presume-se que viaja em um “cintilante” dia de primavera, pois a luz do sol permitiria vislumbrar melhor os encantos de uma natureza “brilhante”. Além destes aspectos temporais, pouco, ou quase nada, se sabe a respeito do lugar de onde o trem partiu. Também não se conhece de antemão para onde ele estaria indo. Entretanto, sabe-se muito bem sobre a paisagem que se contemplará no transcorrer da viagem. O viajante poderia perder alguns preciosos minutos do percurso observando uma cena qualquer no interior do vagão, ou mesmo lendo algum antigo livro de viagem sobre a América, mas assim que seus olhos atravessassem a janela avistariam a natureza, em todos os seus diferentes matizes de azuis reluzentes e celestes. Caberia, ainda, perguntar: será somente por essa contemplação da paisagem através da janela do trem, que o leitor do texto poderá inferir em que país efetivamente se estaria passando essa curta história de viagem e natureza?

Seria o Brasil, que vai se configurando como uma nação que ao final do século XIX mirava-se no espelho e assistia seu próprio progresso, sua nascente industrialização, seu crescimento estampado no desenvolvimento urbano das cidades, suas linhas telegráficas que adentravam pouco a pouco o interior do país, suas vias férreas que começavam a querer chegar aos seus mais remotos sítios. Enfim, pode-se inferir que é o interior do Brasil que vai sendo contemplado e narrado pelo olhar transeunte do viajante. Através de seus olhos o país via a si próprio: e lá estava uma nação territorialmente grandiosa como o era sua própria natureza.

O Brasil vai sendo testemunhado e narrado, entre outras coisas, através de um olhar que avista o “azul da mata” que inundaria grande parte da nação. Na escrita poética do viajante, a mata perde, inclusive, seu predicado colorido mais latente e concreto: seu verde. Transmuta-se em azul, “o claro azul da floresta”, como, talvez, seria a principal tonalidade que coloriria uma mata em seio celeste. É o paraíso, esse lugar de “natureza esplêndida”, que o trem vai rompendo, rasgando, cicatrizando, machucando, mas, também, nele deixando “rugas” ao cortá-lo e, nesse proceder vai envelhecendo a natureza que deveria ser eterna. Para contemplar essa beleza, esse paraíso, essa natureza que é o próprio país, somente ascendendo às mais sublimes conjunções de “canções, auroras e perfumes”, traduzindo-as em escrita.

O autor atualiza através do seu texto uma literatura de viagem que percorreu séculos e instituiu uma articulação entre natureza e brasilidade que, até os nossos dias, ainda configura-se como atuante sobre os modos como pensamos o território nacional e a própria nacionalidade. E vai além! Ele nos recorda, quase despercebidamente, através dessa estranha associação entre a cor azul sobrepondo-se e incorporando-se a uma mata vivamente verde, o mito do paraíso terrestre que esteve nos séculos XV e XVI bastante associado às terras recém descobertas do Novo Mundo.

Uma ampla literatura de viagem escriturada na época das grandes navegações marcou a América tropical como um território de natureza exuberante, como uma região maravilhosa e encantada, a qual corresponderia, ou ao menos pareceria corresponder, o paraíso terrestre, com seus campos fertilíssimos, com seu clima de perene primavera, no qual encontraríamos, por exemplo, a Fonte da Juventude e a árvore do Bem e do Mal (José Roberto LEITE, 1996).

Sergio Buarque de Holanda (1996) nos mostrou que foi sendo difundida na Europa, desde a época dos descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI, a visão dos trópicos como o Éden terrestre. O estudioso destaca que os teólogos da Idade Média não representavam o Paraíso terrestre como um mundo inatingível e incorpóreo, mas como plenamente acessível, mesmo que recôndito. Tal pressuposto conformou e instituiu as imagens e as narrativas dos navegadores daqueles tempos. O autor ressalta que uma imagem contrária a essa “fantasia” também esteve presente naqueles séculos. Nas palavras do autor: “não serão apenas primores e deleites o que se há de oferecer aqui ao descobridor (Cristóvão Colombo). Aos poucos, nesse mágico cenário, começa ele a entrever espantos e perigos” (HOLANDA, 1996, p.16). Porém, salienta também que tal negação nunca ocupou um espaço tão amplo e extremado nos discursos da época como o da idealização paradisíaca do Novo Mundo. Uma fauna de seres fantásticos (sereias, amazonas, cinocéfalos, homens caudatos), que imbuíam de medos e arrepios os viajantes, foi vista, não como marcando um lugar infernal, uma negação da visão paradisíaca dos trópicos, mas, pelo contrário, reforçando-a, pois tal fauna foi concebida como feita pela vontade divina, ou seja, como constituinte do próprio jardim do Éden.

Naquele tempo, séculos XV e XVI, escrever sobre as viagens ao Novo Mundo era quase, apenas, falar de encantamentos. Falar do misterioso, do enigmático, do monstruoso, do impressionante, do quase inacreditável. Falar das lendas, do maravilhoso, que incluía as amazonas que se supunha viverem nas florestas tropicais. “Monstruosidade e extravagâncias, em vez de afastar o leitor de viagens no século XVI, pareciam mesmo seduzi-lo” (SÜSSEKIND, 1990, p. 131). Naquela época, o mundo tropical era tido como exótico e exuberante e o Brasil fora inventado, através desses relatos de viagem, como o entrelaçamento do Éden espiritual e paradisíaco com o Eldorado das riquezas abundantes, uma espécie de “antevisão do paraíso, posta em circulação pelas utopias do humanismo quinhentista de Erasmo, Bacon e Montaigne” (Paulo Roberto PEREIRA, 2002, p.33). Tal visão, conforme Lisboa (1997), pode ser lida através

dos viajantes e criadores do Brasil quinhentista como Hans Staden, André Thevet e Jean de Léry que, depois, “foram seguidos por mais viajantes ao longo do século XVII” (LISBOA, 1997, p.35).

Sem dúvida, essa primeira escritura despreziosa de Euclides da Cunha (1995b) não está imbuída de todos estes atributos que as literaturas de viagens dos séculos XV e XVI instituíram. O viajante escreve em uma outra época, com outros enfoques e articulações que ainda veremos ao longo deste trabalho. De qualquer forma, a idéia de um país conformado e identificado pela natureza que se avista da janela de um trem, quando se viaja mesmo não sabendo de onde se vem (presume-se que seja da cidade, do litoral brasileiro, do Sul da nação) e muito menos para onde se vai (infere-se que seja para os rincões do país, seu interior, seu Norte), rearticula e atualiza esse vínculo quase ‘naturalizado’ entre o país e sua natureza paradisíaca.

É interessante notar, através de um instigante artigo de José Murilo de Carvalho (1998), no qual esse estudioso analisa duas pesquisas de opinião pública a respeito de como os brasileiros e os cariocas enxergam o país e seus compatriotas, que o motivo edênico persiste fortemente, inclusive, nos dias atuais como importante significação atrelada ao Brasil. O pesquisador sugere que essa vitalidade poderia estar relacionada à educação, à religião e ao hino nacional. Contudo, se pergunta por razões mais duradouras de natureza histórica e social. Nesta direção, sugere que o retrato depreciativo que se cola ao brasileiro nas respostas coligidas pelas pesquisas – sua passividade, seu sofrimento, seu conformismo, tudo temperado com alegria – indica que a natureza acaba sendo um espaço de valorização e de admiração para a nação, já que, segundo os pesquisados, pouco se poderia ter orgulho das instituições, da política e do próprio povo brasileiro.

Em uma interessante passagem em que analisa essa permanência de um motivo edênico na configuração do Brasil, Isabel Carvalho (2001) argumenta:

[...] que as idéias acerca de uma ecologia política, a despeito da gravidade dos problemas ambientais, não conseguiram dar o tom à tradição das idéias ambientais no Brasil porque não se impuseram ao forte imaginário que recai sobre o país e toda a América como Novo Mundo ou o mundo da própria natureza (CARVALHO, 2001, p. 63).

Nesta direção, a autora ainda salienta que, mesmo com as grandes perdas dos recursos naturais brasileiros ao longo da história da nação, o motivo edênico continua imperando fertilmente sobre a constatação do elevado índice de degradação ambiental que presenciamos, mantendo-se, portanto, “vigente no imaginário dos próprios brasileiros” (CARVALHO, 2001, p.66).

Voltando ao artigo de Euclides da Cunha (1995b), é interessante ver que toda essa tradição discursiva esteve atuando na configuração de seu primeiro pequeno relato de viagem.

Porém, o que se destaca com maior veemência não é a descrição quase edênica da natureza brasileira que se avista da janela de um trem, mas a separação que o autor estabelece entre o progresso representado pela locomotiva e a natureza – configurada, esta última, como um território que está sendo minado por essa aceleração tecnológica que corta e cria “rugas” no interior tranqüilo, sereno e exuberante do Brasil. A revolta que assume o viajante é com o fato de poder presenciar, avistar de dentro do trem (veículo desencadeador de progresso e de civilização, mas, também, de “rugas”), durante uma viagem, o quanto a cidade (o lugar da industrialização e do progresso tecnológico) dominava a floresta. Revoltava-lhe ver a “sarjeta dominar a flor”. Este afago em tom romântico sobre o território brasileiro, esse espaço de natureza e de beleza, também não é uma novidade discursiva, mas marcou toda uma literatura de viagem que emergiu no século XIX em contraposição à de acento iluminista que construiu uma narrativa repleta de negatividades sobre o Novo Mundo.

As narrativas negativas sobre o Novo Mundo emergiram com força através do movimento ilustrado do século XVIII. Conforme Roberto Ventura (1991) nos mostrou, a “filosofia da Ilustração inverteu a visão paradisíaca da América, ao formar um novo discurso sobre o homem e a natureza americanos, marcado pela *negatividade*” (VENTURA, 1991, p.22). Através das obras de pensadores como Georges-Louis Buffon, Cornelius De Pauw e Guillaume Raynal, marcou-se a inferioridade do ambiente do Novo Mundo e a fraqueza das formas de vida que o habitavam. Tais estudiosos eram adeptos do Classicismo – uma vertente artística e estética, associada ao chamado “Século das Luzes”, ancorada na busca da transparência, da clarividência e da racionalidade das “coisas” do mundo. A natureza foi concebida pelos adeptos da Ilustração como uma exterioridade a ser apreendida pela razão. Em outras palavras, a natureza seria apreensível racionalmente e regida por leis. Se a razão era um atributo próprio aos sujeitos europeus (sobretudo homens e brancos), aos climas temperados e à civilização, somente ao lado da irracionalidade, da barbárie e da selvageria poderia estar o Novo Mundo e, conseqüentemente, a floresta e os sujeitos que viviam em um clima tropical (VENTURA, 1991).

Em contraposição a estas narrativas emergem, ainda no século XVIII, aquelas que se configuram a partir das premissas românticas edificadas por Rousseau, que afirmavam “a superioridade do *homem natural* e de seu equivalente histórico – o selvagem – sobre o civilizado europeu” (VENTURA, 1991, p.23). Em oposição à Ilustração, o Romantismo dota a irracionalidade com uma força positiva. E mais, como argumenta Gerd Borheim (2002), segundo as premissas do movimento romântico do século XVIII, seria a partir de nossa interioridade que poderíamos “compreender (...) a natureza [como] ainda isenta da mácula de mão humana, estranha e anterior à cultura” (p.81). Autores como o naturalista Alexander von Humboldt, sob inspiração romântica, invertem, no início do século XIX, “a imagem negativa da natureza tropical e do clima americano” (VENTURA, 1991, p.27). O naturalista alemão é configurado como aquele que, além de romper com uma descrição negativa do Novo Mundo, uniu ciência e arte na constituição discursiva da natureza.

A luta pela imposição de significados travada entre a Ilustração e o Romantismo é entendida como fornecendo os argumentos que permearam a disputa entre a idealização e a desilusão do Novo Mundo no século XVIII e início do século XIX, tal como analisada no importante livro de Antonello Gerbi (1996). A partir da obra de Humboldt<sup>2</sup>, o século XIX pôde assistir à emergência de narrativas que procuraram marcar a positividade dos territórios do Novo Mundo, processando uma ruptura tanto com a imagem do Paraíso, como com a depreciação ilustrada. Porém, é preciso considerar que tanto para os naturalistas ilustrados do século XVIII como para os “discípulos” de Humboldt no século XIX (que uniram ciência e arte, sob inspiração romântica), a natureza passou a ser concebida como um objeto das Ciências Naturais.

Se nos séculos XV e XVI o encanto da viagem pelo Novo Mundo remetia à descrição do encantado e do maravilhoso, o encanto da viagem dos séculos XVIII e XIX estava na possibilidade de fortalecer uma Ciência Natural em consolidação.

Ao contrapor a cidade (espaço de progresso e de civilização) ao interior do país (lugar da beleza e da natureza), Euclides, em seu texto inaugural, rearticula e se coloca na esteira das escritas românticas sobre uma natureza que se confunde, ela mesma, com o próprio território brasileiro. Mas esse é, apenas, um Euclides da Cunha que se diz, ele mesmo, inundado por digressões inúteis. Um viajante que escreve “às pressas” e “desordenadamente”. Este foi um relato de um viajante que estava com seu olhar ao léu, não era um olhar atento, imbuído de alguma missão ou vinculado a alguma estratégica posição social. A partir do momento que a exigência de um olhar interessado, vigilante, fez de Euclides um viajante que não escrevia mais digressões, a floresta brasileira emergiu com outras tonalidades, odores e significados. E não apenas isso, Euclides, a partir do momento que passa a escrever sobre a Amazônia e, também, a adentrá-la, busca efetivamente romper com todas as significações que acabei de acentuar a respeito da natureza e do Brasil corporificadas, aparentemente de forma paradoxal, em seu primeiro relato sobre viagem, natureza, brasilidade e progresso.

No discurso proferido pelo viajante no dia de sua recepção como membro da Academia Brasileira de Letras, já tendo retornado da sua viagem oficial à Amazônia, pode-se perceber essa ruptura logo nas primeiras palavras proferidas por Euclides da Cunha (1995a):

Há dois anos entrei pela primeira vez naquele estuário do Pará, ‘que já é rio e ainda é oceano’, tão ineridos estes fáceis geográficos se mostram à entrada da Amazônia.

Mas contra o que esperava não me surpreendi...

Afinal, o que prefigurara grande era um diminutivo: o diminutivo do mar, sem o pitoresco da onda e sem os mistérios da profundura.

(...) Calei um desapontamento (p. 230).

Com o que, efetivamente, esteve o viajante desapontado? Por que o que se vislumbrou na Amazônia não era o aguardado pelo autor? O que, então, ele esperava avistar, ou melhor, quais eram suas expectativas antes da viagem que, posteriormente, não se confirmaram? Euclides, quem sabe, desejava testemunhar, reviver, relembrar as mesmas sensações que lhe tomaram o corpo-alma quando escreveu seu primeiro texto sobre viagem e natureza. O que avistou na Amazônia tinha pouca relação com tais sentimentos e significações. Nada havia na floresta que pudesse confirmar a imagem paradisíaca que atravessou séculos e contaminou, em parte, seu primeiro relato de viagem. O autor também não podia ver-se imbuído de algum sentimento romântico que lhe abrandaria a alma-corpo e lhe conectaria com todo o encanto, toda a pureza e todo esplendor que a natureza amazônica poderia vir a suscitar. Nada disso esteve presente e, ao mesmo tempo, tudo isso esteve também presente na escrita amazônica de Euclides da Cunha. Dizer dessa forma pode parecer confuso, paradoxal, mas, ao contrário, analiso este “desapontamento” *euclidiano* com a Amazônia como uma significação tecida por um sujeito instituído *em* processos de hibridação. Vejamos um pouco melhor tal aspecto.

Interessante é notar que em alguns textos Euclides aciona determinadas articulações e, em outros momentos de sua escrita sobre a floresta, sobre a natureza e sobre o Brasil, o viajante coloca em operação outras diferentes conexões (são outros os discursos que reverberam através da escrita do viajante). Em alguns textos, como o de sua primeira escrita de viagem aqui apresentada, a literatura de viagem, sobretudo de inspiração romântica, articula-se fortemente àquilo que o autor escreve sobre a natureza e sobre o país. Isso *acontece*, como já argumentei, quando o autor está tecendo um relato que é fruto de um olhar ao léu, um olhar sem, por exemplo, a atenção posta em integrar, demarcar e construir a nação brasileira. Anos mais tarde, quando suas viagens e seus escritos estão conformados, entre outras coisas, por esse caráter de lançar um olhar nacional à floresta (pelo desejo pessoal e oficial de integrá-la à nação e de desenvolvê-la), a literatura de viagem passa a articular-se de maneira muito mais tênue aos seus escritos. Ela continua operando e sendo um importante *marcador*<sup>3</sup> para tudo o que o viajante escreve sobre a Amazônia. Contudo, agora, a partir de um olhar interessado e oficial, uma articulação mais sutil entre seus escritos e a literatura romântica e estrangeira de viagem será processada. Com isso, emerge uma escrita que institui a Amazônia como um território que provoca desapontamentos no viajante. Como veremos ao longo desse trabalho, passam a ser outras, e de outra ordem, as articulações processadas nos escritos amazônicos *euclidianos*.

Com relação à noção de articulação, em suas análises sobre o “populismo”, por exemplo, Ernesto Laclau (2005) nos mostra que não são os conteúdos ou as práticas políticas em si mesmas que o definiriam, mas, pelo contrário, os modos pelos quais essas práticas se articulam. Será a “lógica de articulação” de tais conteúdos e práticas, quaisquer que sejam elas, que irá fazer emergir, ou não, o “populismo”. Nas palavras do autor, o significado de populismo não se pode encontrar “em nenhum conteúdo político ou ideológico procedente da descrição das práticas de algum modo particular, mas em um particular *modo de articulação* de quaisquer conteúdos sociais, políticos e ideológicos” (LACLAU, 2005, p.27). Da mesma forma, posso dizer que a emergência da Amazônia como uma floresta que provoca um agudo desapontamento no viajante diz respeito a um determinado *modo de articulação* que, ao desconectar alguns discursos e conectar outros, a faz edificar-se, agora, como um território sem encantos, sem o “brilho” que antes estava latente em seus tons azuis.

Os estudos culturais, através do conceito de articulação, ampliam as significações que, muitas vezes, parecem ser inerentes a algum conceito, a alguma prática social ou objeto tomado sob o crivo analítico desse campo. Ao colocar questões, significações e mesmo campos disciplinares em *articulação* com inúmeras outras questões, tomadas por alguns como aparentemente desnecessárias ou, até mesmo, *indevidas*, essas, além de se ampliarem, se desnaturalizam e se deslocam para outras posições e campos. No entanto, cabe ressaltar que as articulações processadas nestes estudos são sempre tomadas como temporárias e instáveis. Através dessa noção, se processa um jogo nas análises culturais, ou seja, opera-se uma desarticulação daquilo que se naturalizou e se solidificou em uma significação estreita porque fixada, para, ao mesmo tempo, se promover uma re-articulação com outras questões. Porém, este processo nunca deve ser visto como completo, pois sempre há sobras, ou seja, sempre se deixa de articular algo em qualquer análise cultural que se faça. Talvez, possa dizer que os processos articulatórios são, quase, ilimitados, mas sempre incompletos<sup>4</sup>.

Feitos estes comentários sobre o conceito de articulação, quero salientar que este trabalho busca aprofundar, exatamente, uma descontinuidade entre a literatura estrangeira e romântica de viagem e os escritos *euclidianos* – dos quais emerge uma floresta amazônica desencantada e provocadora de desapontamentos. A Amazônia transmuta-se, enfim, em uma região, como sintetiza Euclides, “desnuda e monótona” (CUNHA, 1995a, p. 230). Além de marcar essa descontinuidade, o artigo busca mostrar com mais detalhes quais articulações se processam para que tal significação possa ser edificada.

## **Passando a limpo a Amazônia: a produção da floresta desencantada**

Naquele momento, início do século XX, era preciso lançar um olhar para a Amazônia que fosse muito próprio ao Brasil. Era necessário não apenas ver com os próprios olhos, mas ver com olhos, agora, muito próprios de um brasileiro. O Brasil republicano necessitava encontrar seus próprios rumos em direção ao progresso e à civilização. Era preciso, então, destituir a Amazônia dos *marcadores* que a literatura científica [e estrangeira] de viagem havia imprimido à floresta durante mais de um século. Uma floresta que encanta a alma humana não poderia ser incorporada às prerrogativas de uma nação que urgia estar completamente civilizada e caminhando em direção ao progresso, sendo necessário, para tanto, entre muitas outras coisas, eliminar os últimos redutos “desérticos” do Brasil. A Amazônia configura-se, então, sob essa perspectiva, como repleta de desencantos, pois como seria possível desenvolver, modificar, uma *terra encantada*? Tornava-se necessário constituí-la *de outros modos* e, assim, incorporá-la ao processo de desenvolvimento pensado como necessário à República do Brasil. Nas palavras de Euclides da Cunha:

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do Dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele *terror* que se refere Wallace; mas como todos nós desde muito cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hylae* prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. Além disso, sob o conceito estreitamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a um sem-número de outros lugares do nosso país. Toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba (CUNHA, 1999a, p.01).

Se a literatura científica de viagem, no decorrer do século XIX, principalmente aquela que combinou ciência e estética romântica, produziu uma Amazônia repleta de encantos, tratava-se, agora, de produzir o seu desencantamento e com urgência. Através da viagem *euclidiana*, a floresta desencantada poderia finalmente inscrever-se no mundo. Talvez seja importante dizer que não foi a “Amazônia real” (como argumenta o próprio Euclides da Cunha na passagem acima destacada) que produziu aos seus olhos certo desencantamento, pois ele fala de sua inegável grandiosidade. Ouso dizer, que a intenção de instituir tal desencanto já estava dada antes mesmo da viagem se processar. Nesse sentido, não é a Amazônia, quando limpa das marcas nela

imprimidas por Humboldt (e por muitos outros naturalistas que adentraram a floresta no século XIX) que se apresenta aos olhos *euclidianos* em toda sua verdade e transparência. Através dos textos *euclidianos* sobre a Amazônia emerge uma floresta, agora, desencantada e limpa aos olhos do Brasil. Para melhor discutir tal emergência, passo a indicar alguns outros elementos que estiveram em jogo na viagem de Euclides pela Amazônia, além das “instruções”, que era preciso seguir, do trabalho de Chandless, que era necessário corrigir, e dos *marcadores* das literaturas científicas de viagem, que precisavam ser dissolvidos.

No final do século XIX, e início do século XX, a Amazônia era o lugar no Brasil onde o progresso parecia querer marchar em ritmo alucinante. Foi essa a época, como chamou Ana Maria Daou (2000), da “*belle époque* amazônica”. Nela, Manaus sofreu uma gigantesca transformação urbana, tendo sido implantados vários serviços (redes de esgoto, iluminação elétrica, pavimentação de ruas, circulação de bondes), sendo um dos mais importantes “o sistema telégrafo subfluvial, que garantia a comunicação da capital com os principais centros mundiais de negociação da borracha” (p.37). Manaus modernizava-se e a razão disso era a extração e a comercialização mundial do látex extraído das seringueiras (*Hevea brasilienses*)<sup>5</sup> que estavam espalhadas pela floresta amazônica. Cabe destacar que características químicas como plasticidade, elasticidade, impermeabilidade e propriedades isolantes levaram a borracha a ocupar um lugar importante no mundo – “ela multiplicou as possibilidades de reunião de materiais diferentes num mesmo artefato técnico, proporcionando mobilidade e flexibilidade a inúmeros equipamentos e produtos industriais” (ARAÚJO, 1998, p.69).

Muitos eram os símbolos que sintetizaram o espírito de desenvolvimento e de progresso que passava Manaus em conseqüência do *boom* da borracha. Tal sentimento era compartilhado, de um modo geral, por quase todo o país. Enquanto as grandes cidades assistiam a uma urbanização crescente, nos mais remotos territórios da nação vivia-se a possibilidade da chegada do telégrafo e das estradas de ferro (símbolos do progresso que pretendia trilhar a nação). As estradas de ferro, especialmente, foram vistas como um dos ícones mais concretos de que o país poderia integrar-se e desenvolver-se. Progresso e civilização conjugavam-se na figura do trem. No primeiro texto escrito por Euclides da Cunha, o que abre minhas argumentações nesse trabalho, o próprio viajante indica saber que suas posições contrárias à transformação da natureza pela cicatriz deixada pela locomotiva, e por toda a gama de mudanças que ela traria juntamente com seus vagões, seriam vistas como contrárias à civilização e ao progresso. Porém, vale lembrar que aquelas foram palavras escritas ao vento, de forma despretensiosa, quase sem querer, repletas de divagações e de pouca seriedade – na visão do próprio viajante. Em um outro texto, publicado no jornal ‘O Estado de São Paulo’, antes de Euclides da Cunha (1995c) viajar à Amazônia, sua perspectiva muda. Vejamos nas palavras do autor, a partir de trechos do texto citado:

Não podemos apagar o traço bem pouco civilizador que caracteriza a distensão das nossas redes de estradas de ferro. De fato, nenhuma busca o centro do país, visando a despertar as energias latentes que o afastamento do litoral adormece.

Povoam despovoando. Não multiplicam as energias nacionais, deslocam-nas.

Este fato que ninguém contesta define as anomalias de um desenvolvimento e de um progresso contestáveis. Reflete o vício de uma expansão em que não colaboram as forças profundas do país, porque vai da periferia para o centro sobre não ter o caráter francamente nacional, a pouco e pouco extinto no vigor das correntes intensivas de imigrantes que, diante da nossa indiferença fatalista pelo futuro, já vão assumindo o aspecto de uma invasão de bárbaros pacíficos.

As gentes sertanejas, com seus hábitos antigos, vezadas aos remansos de uma vida primitiva, não poderão, certo, ascender de chofre ao nosso meio. Esta intimidade indispensável far-se-á através de uma evolução que devemos provocar auxiliando, mas não dispensando um fator valiosíssimo – o tempo.

A locomotiva veloz, golfando-lhes de improviso em pleno seio todas as exigências de um estado social superior, não as atrairá. Talvez as repila, ou as deixe indiferentes, ou, o que é mais sério, as deixe suplantadas.

(...) aferramo-nos cada vez mais as duas preocupações que se contrabatem, irreconciliáveis: a necessidade urgentíssima, improrrogável, de incorporarmos à nossa história as obscuras sociedades sertanejas e o grande espasmo financeiro que nos impossibilita desde já aquele conagraçamento pelos luxuosos meios da vida moderna (CUNHA, 1995c, p. 555-551).

Então, este já não é mais um autor que olha ao léu para o Brasil, para sua natureza, seus sertões, seu progresso, suas “gentes sertanejas”. Nestas passagens, percebe-se um viajante imbuído da tarefa de pensar a integração, o progresso e o futuro da nação brasileira. O trem já não é mais visto como instalador de “rugas” nas azuis florestas encantadoras da nação. Entretanto, a locomotiva por si só não garantiria o desenvolvimento, o progresso e, principalmente, a integração territorial e social do país. Pelo contrário, poderia desintegrar a nação, provocar um revés em seus sonhos de rumar fortemente à civilização. A locomotiva estaria

submetida a um novo tempo acelerado que não seria o mesmo dos sertões brasileiros. E por tudo isso, parece ser possível dizer que, para Euclides da Cunha, construir paulatinamente uma sintonia entre tais tempos foi pensado como algo imprescindível para a construção da nação.

Certamente, não foi para a locomotiva em si mesma, ou seja, enquanto um objeto, um símbolo do desenvolvimento tecnológico, que o autor desferiu suas críticas, mas a esse descompasso entre, por um lado, o tempo do litoral, da civilização, do trem, do progresso e, por outro, o tempo do sertão, do interior, da natureza, dos sertanejos ainda não completamente civilizados.

Um outro aspecto complicava ainda mais esse descompasso entre territórios tão distintos em uma mesma nação. Os atributos raciais do brasileiro eram indefinidos por um “complicado caldeamento de raças” que formam o Brasil (CUNHA, 1995c, p. 547). Em razão dessa confusão de misturas raciais, era preciso, antes de levar a locomotiva ao interior e, juntamente com ela, os imigrantes estrangeiros (sobretudo europeus) que chegavam à nação, resgatar, desenvolver, fortalecer, assistir, aquele que, tal como analisa Guimarães (2007), foi concebido como o cerne racial da nossa nacionalidade: o sertanejo transmutado em seringueiro na Amazônia. Toda a crítica concebida à locomotiva e à imigração estrangeira passou por esse ideal que foi sintetizado pelo próprio viajante, no mesmo artigo que venho citando, como:

:

(...) a idéia política da defesa do território e o pensamento social de incorporar à nossa [de nós brasileiros] vida frágil e sem autonomia, de ribeirinhos do Atlântico, o cerne vigoroso das sociedades sertanejas (CUNHA, 1995c, p. 546).

(...) absorve-me, mais modesto e mais grave [não o progresso geral representado pela locomotiva em todas as partes do mundo], o problema estritamente brasileiro (p. 549).

E o problema brasileiro, para Euclides da Cunha, era civilizar, assistir e desenvolver, antes de tudo, os sertanejos-seringueiros abandonados no interior do país e da floresta. O trem chega e assusta, podendo, na ótica do viajante, afastar estes vigorosos brasileiros do processo de desenvolvimento e progresso do país. O Brasil perderia, com isso, a chance de ser construído pelas mãos de sua própria gente: os sertanejos que sintetizavam, para o nosso viajante, *nossa* raça e *nossa* esperança.

De certa forma, ir ao encontro dos sertanejos parece ter sido um desejo que conformou, em parte, os itinerários das viagens que percorreu Euclides da Cunha. Naquela época, após ter obtido um sucesso estrondoso com o lançamento de *Os Sertões*, uma “outra” viagem, agora à Amazônia, avistava-se como muito importante. Euclides (contrariando os desejos de viagem de

sua época que levavam muitos eruditos como ele à Paris) fez suas viagens sempre em direção às regiões “desérticas” brasileiras; isto é, àquelas regiões, consideradas por esse viajante, à margem da civilização e da história. Após sua incursão à caatinga e o acompanhamento “por dentro” do desfecho do levante de Canudos, parece ter-se tornado interessante para ele, penetrar a floresta tropical amazônica e acompanhar o extenso fluxo migratório sertanejo que se processava em direção a essa outra região surpreendentemente “desértica” do Brasil. “Estima-se que até 1910, cerca de 500.000 trabalhadores emigrantes (a maior parte vinda do nordeste brasileiro) já havia se dirigido à Amazônia” (ARAÚJO, 1998, p.82).

Euclides havia dado um destaque bastante intenso em *Os Sertões* à questão da raça, discutindo a formação racial do sertanejo e “os perigos da mestiçagem”, ao explicar a guerra de Canudos “como resultado do choque entre dois processos de mestiçagem: a litorânea e a sertaneja” (VENTURA, 1998, p.138). É preciso registrar, mais uma vez, que Euclides da Cunha também parece ter viajado à Amazônia para ir ao encontro do sertanejo (agora transmutado de seringueiro) – cerne racial da nossa nacionalidade (GUIMARÃES, 2007).

Retomando a questão relativa aos modos como Euclides da Cunha foi configurando a chegada do trem ao interior do país; creio ser importante referir, agora, que, ao escrever sobre as estradas de ferro, depois de ter viajado para a Amazônia, o autor, como um sujeito instituído em processos de hibridação, passou a tecer alguns escritos nos quais aparecem articuladas outras questões que o fizeram defender fervorosamente a construção de uma ferrovia que penetrasse suave e limpidamente as planícies amazônicas.

Dentro do espírito de sua época, e consumido pelo tom desenvolvimentista que inundava o território amazônico, Euclides escreve em ‘À Margem da História’ um interessante texto a respeito da construção de uma estrada de ferro na floresta. De forma aparentemente surpreendente, foram outras as articulações que se configuraram para permitir uma escritura de defesa da chegada da locomotiva à floresta. Inserido naquela que é tida como a obra amazônica mais importante de Euclides, o artigo intitulado “A Transcreana” reveste-se, exatamente por isso, de uma maior relevância quando comparado aos outros dois analisados anteriormente. Por incrível que possa parecer, Euclides da Cunha passou a defender, nesse outro momento, inclusive de forma entusiástica, a construção de uma estrada de ferro que pudesse cortar e inundar plenamente a floresta amazônica. Quais seriam as razões para que o viajante deixasse seus tons críticos e passasse a desejar fortemente a presença da locomotiva? Vejamos tal entusiasmo e motivações nas palavras do próprio viajante:

(...) o homem, em vez de senhorear a terra, escravizava-se ao rio. O povoamento não se expandia: estirava-se. Progredia em longas filas, ou volvia sobre si mesmo

sem deixar os sulcos em que se encaixa – tendendo a imobilizar-se na aparência de um progresso ilusório, de recuos e avançadas, do aventureiro que parte, penetra fundo a terra, explora-a e volta pelas mesmas trilhas – ou renova, monotonamente, os mesmos itinerários da sua inambulação invariável. [...] Ora, este aspecto social desalentador, criado sobretudo pelas condições, em começo tão favoráveis, dos rios, corrige-se pela ligação transversa de seus grandes vales. (...) O varadouro (...) é a vereda atalhadora que vai por terra de uma vertente fluvial à outra. [...] Por fim, numa afirmativa crescente da vontade, vai estirando de rio em rio, retramada com os infinitos fios dos igarapés, a rede aprisionadora, de malhas cada vez menores e mais numerosas, que lhe entregará em breve a terra dominada. [...] A estrada de Cruzeiro do Sul ao Acre não irá como as do sul do nosso país, justapondo-se à diretriz dos grandes vales, porque tem um destino diverso. Estas últimas, sobretudo em São Paulo, são tipos clássicos de linhas de penetração: levam o povoamento ao âmago da terra. Naquele recanto amazônico esta função, como o vimos, é desempenhada pelos cursos de água. À linha planeada resta o destino de distribuir o povoamento, que já existe. É um auxiliar dos rios. Corta-lhes, por isto, transversa, os vales (CUNHA, 1995d, p.309-313).

Se inicialmente o trem foi visto pelo autor como um criador de “rugos” na esplêndida e celeste natureza brasileira, posteriormente passou a ser considerado não mais como um problema em si mesmo e para a natureza, mas como um produto tecnológico que atendia a um tempo que não era aquele em que viviam as “gentes sertanejas”. Antes do trem, era necessário o resgate e o desenvolvimento de tais populações, pois tais políticas sociais faziam-se imprescindíveis para a construção, a integração e o progresso do Brasil.

Contudo, ao adentrar a floresta, Euclides passa a ver na locomotiva um fator de auxílio à ocupação sertaneja e, portanto, brasileira, da floresta. E, sendo assim, o trem passa a ser visto como uma necessidade que se adere ao rol das políticas de assistência à vida sertaneja na floresta. Sem o trem, o rio continuaria a escravizar as populações de brasileiros na Amazônia e o progresso continuaria sendo apenas ilusório, pois as marcas de civilização deixadas pelos sertanejos não seriam suficientes para apagar o primitivismo da floresta. A ocupação avançaria, mas logo recuaria. O sertanejo-seringueiro penetrava fundo nas terras amazônicas em busca da borracha, mas continuaria, sempre, percorrendo os mesmos caminhos, e isso impediria uma ocupação que, de uma vez por todas, tomasse conta integralmente da Amazônia.

Entretanto, os varadouros – interconexões criadas pelos seringueiros no meio da floresta para ligar pontos distintos do território através de um encurtamento das distâncias para tornar mais fácil o deslocamento – nutriram as esperanças de satisfação do desejo de domínio daquele território hostil, pois através deles se foi constituindo uma rede de caminhos que entrelaçou

diferentes pontos da floresta e, com isso, foi permitindo uma mais ampla ocupação territorial. Porém, os varadouros eram igualmente insuficientes para imprimir cicatrizes de civilização na floresta. Era necessário distribuir o povoamento e fazer com que as “gentes sertanejas” dominassem, definitivamente, a Amazônia. E, para isso, nada melhor que uma estrada de ferro somando-se aos entrelaçamentos já construídos pela ocupação sertaneja-seringueira.

Se antes o trem penetrava fundo no interior brasileiro, à margem do desenvolvimento de suas populações, nesse outro momento, na floresta, ele seria, ao contrário, o desencadeador de tal desenvolvimento. Nas palavras de Euclides da Cunha (1995d), “o que se deve ver naquela via férrea é, sobretudo, uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz” (p.319).

Civilizadora não apenas por levar tais marcas à floresta, mas por civilizar a própria população sertaneja. Uma estratégia de paz, porque os brasileiros abandonados na hostilidade amazônica, deixariam de guerrear contra os rios que aprisionam, contra uma natureza que oprime e vence a batalha, enfim, que não se deixa dominar. O trem era a arma de civilização que faltaria aos seringueiros brasileiros em suas lutas diárias com aquele território tão familiar, mas, ao mesmo tempo, tão estrangeiro, tão inóspito, tão hostil.

Para finalizar, quero destacar que somente uma floresta desencantada poderia vislumbrar a chegada e a penetração das linhas velozes dos trens. Era preciso desencantá-la para transformá-la. Assim, uma ruptura com a literatura estrangeira de viagem se processou, pois um território encantado impedia a efetivação da integração amazônica ao país. Um território encantado só poderia avistar “rugas” em uma estrada de ferro que o cortaria. Uma floresta desencantada, pelo contrário, estaria disponível para a chegada triunfante da locomotiva que propiciaria uma ocupação sertaneja mais robusta, mais espalhada por toda a floresta, mais propensa a deixar cicatrizes de civilização por toda a Amazônia. O progresso e o desenvolvimento daquele território estariam, finalmente, nas mãos desses esquecidos brasileiros, os sertanejos-seringueiros, que foram vistos como os cernes raciais da nossa nacionalidade.

## **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, Hermetes Reis. O mercado, a floresta e a ciência do mundo industrial. *In: \_\_\_\_*(Org.) **Tecnociência e cultura**: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BORHEIM, Gerd. A Filosofia do Romantismo. *In: GUINSBURG, J. O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 63-79, 1998.

CARVALHO, Isabel. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Academia Brasileira de Letras (Discurso de Recepção). *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: Obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995a.

\_\_\_\_\_. Em viagem (Folhetim). *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: Obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995b.

\_\_\_\_\_. Os trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: Obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995c.

\_\_\_\_\_. A Transaccreana. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: Obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995d.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Um olhar nacional sobre a Amazônia: apreendendo a floresta em textos de Euclides da Cunha**. 231 f. + Anexos. Tese – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LACLAU, Ernesto. Populismo: qué hay en el nombre? *In*: ARFUCH, Leonor. **Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertenencias**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

LEITE, José Roberto Teixeira. Viajantes do imaginário: a América vista da Europa, séc. XV-XVII. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 32-45, jun/ago. 1996.

LENOIR, Thimoty. A Ciência produzindo a natureza: o museu de história naturalizada. **Episteme**. Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 55-72. 1997.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817 – 1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PEREIRA, Paulo Roberto. Viajantes do século XVI. *In*: \_\_\_\_\_. (Org.). **Brasiliana da Biblioteca Nacional: Guia das Fontes sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

SLACK, Jennifer Daryl. The theory and method of articulation in cultural studies. *In*: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Orgs). **Critical Dialogues in Cultural Studies**. London/New York: Routledge, 1996.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha**: esboço biográfico. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. **História, Ciências, Saúde – Manginhos**, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 133-47. 1998.

\_\_\_\_\_. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Algumas considerações sobre a articulação entre Estudos Culturais e Educação (e sobre algumas outras mais). *In*: SILVEIRA, Rosa Hessel (Org). **Cultura, poder e educação**: um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas: ULBRA, 2005.

---

<sup>1</sup> Importante literato brasileiro que viajou para a floresta amazônica em 1905, como funcionário do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, com o intuito de demarcar o trajeto do rio Purus e contribuir para as definições de fronteira do país com o Peru e a Bolívia.

<sup>2</sup> Humboldt escreveu trinta e quatro volumes de sua obra científica intitulada: "Viagens às Regiões Equinociais no Novo Continente em 1799, 1800, 1801, 1803 e 1804" publicada em Paris e em francês (doze volumes dedicados à geografia, dois às medições astronômicas, dezoito à botânica, dois à zoologia). Porém, foram seus escritos não-técnicos que alcançaram um maior impacto e disseminação, embora o trabalho de Humboldt continue sendo pouco conhecido no Brasil. Nesses trabalhos incluem-se os dois volumes dos "Quadros da Natureza", única obra de Humboldt traduzida e editada no Brasil em português, tendo sido, inclusive, sua única obra escrita em alemão e, ainda, sua obra mais popular. Além dos "Quadros" há, também a obra "Imagens das cordilheiras e monumentos dos povos indígenas da América" (dois volumes ricamente ilustrados) e, finalmente, o inacabado "Narração pessoal" (três volumes).

<sup>3</sup> Timothy Lenoir (1997) destaca, a partir de estudos efetuados por Jonathan Culler, que sem os *marcadores* (as placas, os *souvenirs*, os cartões-postais, os guias, entre outros) nada haveria para ser apreciado nos lugares que visitamos. Simplesmente, não haveria muita coisa para ser vista, pois "no caso do turismo, a existência dos marcadores é o que torna a coisa (...) reconhecível como original", produzindo, então, a autenticidade (consumível através do turismo) do lugar que visitamos (p. 58). Nesse sentido, o turismo transformaria os lugares em uma espécie de museu, pois "seus marcadores emolduram os cenários que merecem ser percebidos, como se estivessem colocados em um *hall* de exibição" (p.58).

<sup>4</sup> Para um maior detalhamento sobre o conceito de articulação ver: Slack (1996) e Wortmann (2005).

<sup>5</sup> Cada seringueira pode ser "sangrada" (é feita uma incisão no seu caule permitindo o afloramento do látex) "três vezes por semana durante todo o ano e por cerca de trinta anos" (ARAÚJO, 1998, p.87).